

A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM CABO FRIO – RJ: UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Evelyn de Castro Porto Costa¹
Ana Cristina de Castro Porto Costa²
Farlen de Jesus Nogueira³

RESUMO

O município de Cabo Frio abriga importantes áreas naturais que ajudam a atrair demandas turísticas à cidade. Essas unidades de conservação são importantes para o Estado do Rio de Janeiro, pois protegem ecossistemas de restingas que são pouco encontradas atualmente, devido à degradação ambiental e a demasiada ocupação urbana no litoral relacionada ao turismo. Sendo as políticas públicas importantes ferramentas para o turismo e para a gestão pública, faz-se necessário criar e se fazer cumprir programas e regimentos ambientais eficientes, correlacionando as áreas naturais protegidas com o turismo no município. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo principal apontar e questionar as negligências ambientais no município de Cabo Frio, enfatizando a urgência de políticas públicas ambientais para manter o êxito do turismo e da proteção ambiental

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Turismo, Unidades de Conservação, Cabo Frio.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são recursos fundamentais para a prática do turismo, visto que estas promovem programas, ações e projetos que proporcionam a preservação do patrimônio turístico, mantendo assim, a atratividade do local. As políticas públicas são criadas a partir de legislações, ou seja, são promovidas pelo o interesse de efetivar, fiscalizar e fazer cumprir leis, através de diretrizes, projetos e outros artefatos.

Segundo Bucciapud Simões (2010), diferentemente das leis que são gerais e abstratas, as políticas, ao contrario, são forjadas para a realização dos objetivos determinados. Princípios são proposições que descrevem direitos; já as políticas descrevem objetivos. Assim, toda política pública é um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Seus elementos são a finalidade da ação governamental, as metas nas quais se desdobra essa finalidade, os meios alocados para a realização dessas metas e, finalmente, os processos de sua realização.

Pensar em políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil nos remete a ações voltadas para a conservação e preservação da natureza, devido ao fato de o país ser rico em biodiversidades e áreas naturais. Além disso, o turismo no Brasil

¹ Graduanda em Geografia pela UERJ/FFP

² Graduanda em turismo pela UFRRJ - CEDERJ

³ Graduando em História pela UERJ/FFP

está em sua grande maioria concentrado no litoral, área esta que recebe uma demanda turística intensa durante o ano inteiro, principalmente no verão.

No Estado do Rio de Janeiro, essa grande demanda de turistas se concentra principalmente na região dos lagos, que é conhecida por suas lagoas e praias belíssimas, encontradas em municípios como Cabo Frio, Araruama, Arraial do Cabo, Búzios, Rios das Ostras, Saquarema. Essa região recebe principalmente turistas da região metropolitana do Rio de Janeiro e seus Estados vizinhos, que buscam estas áreas devido as suas exuberâncias em termos de áreas naturais e praias de água cristalina.

Dessa forma, essas cidades que recebem uma grande demanda de pessoas anualmente, e que em sua maioria sobrevivem economicamente pelas práticas turísticas, devem receber uma atenção maior no que diz respeito às políticas públicas de turismo, dando ênfase à conservação e equilíbrio do meio ambiente, proporcionando assim, maior respeito à preservação ambiental e as áreas naturais, que são os maiores atrativos do local.

Tendo como exemplo a cidade de Cabo Frio, que é o maior município da região dos lagos em área de extensão territorial, e atualmente recebe a grande parte da demanda turística dessa região, o objetivo do presente artigo é analisar a cidade, priorizando aspectos relevantes para a determinação de políticas públicas de meio ambiente, que caminhem em conjunto com o turismo. Pois, esses elementos tornam-se importantes para a conservação da cidade e conseqüentemente para o turismo, que, entretanto, em sua maioria são negligenciadas pelos órgãos públicos responsáveis.

Dessa forma, as metodologias utilizadas se pautaram em análises espaciais, com o apoio da cartografia e geoprocessamento, de maneira a proporcionar melhor detalhamento da problemática sobre as áreas protegidas no município. Além de pesquisas de campo e fontes locais que propuseram exemplificações das negligências dos órgãos públicos ao meio ambiente, enfatizando as principais causas, interesses e problemáticas envolvidas no tema. Dando visibilidade para que órgãos e ONGs preocupados com a cidade se proponham a solucionar tais desmazelos.

2. CABO FRIO: A CIDADE DO SOL E DO VENTO

O principal atrativo da cidade de Cabo Frio é a sua estratégica localização geográfica, a leste do litoral fluminense, proporcionando cenários indicadas ao turismo, tais como a constante irradiação solar e as frescas brisas marítimas. Possui clima propício às práticas aquáticas, em conjunto com as suas belas praias de águas cristalinas e grandes extensões de areais macias e brancas ao longo do litoral, o que oferecem agradáveis dias de descanso, conforto e lazer. Além disso, a cidade abriga áreas protegidas, regidas por leis federais e estaduais, sendo estas de interesse ambiental, cultural e social.

Quanto aos interesses econômicos do município, a prática de exploração do sal é uma atividade econômica que foi bastante intensa na cidade, tendo início no século XVI e perdurando até os dias atuais, em menor escala. A grande intensidade de produção de sal ao longo do tempo nessa região se deve principalmente ao potencial físico do local, como por exemplo, a hipersalinidade da lagoa de Araruama, o clima semi-árido e os ventos que intensificam a evaporação. Mas o ápice da produção foi na década de 40, quando a região tinha a maior produção de sal do país. Entretanto, a partir da década de 70, com a implementação de rodovias que interligam à capital às demais regiões do Estado, a dinâmica do local é alterada, o que potencializa a atividade do turismo em Cabo Frio.

Segundo Christovão (2011) a exuberância com que a natureza brindou Cabo Frio sempre foi motivo de admiração por parte dos viajantes e visitantes que por lá passaram nas mais diferentes épocas. São inúmeros os relatos sobre a região que buscam traduzir em palavras o encantamento destes viajantes pelas praias de finíssimas areias brancas e águas límpidas, bem como pelas duas principais atividades que ali se desenvolveram – o sal e a pesca.

Além de todas essas potencialidades, o município abriga importantes unidades de conservação ambiental do Estado do Rio de Janeiro, que preservam biodiversidades de ecossistemas costeiros em extinção, como áreas de preservação ambiental, parques estaduais e municipais, conforme espacializados na Imagem 1. Também é importante enfatizar que no local existem áreas de proteção permanente (APP), protegidas por lei estadual, a partir de premissas do código florestal, como as dunas e lagunas.

Unidades de Conservação abrangidas pelo município de Cabo Frio - RJ

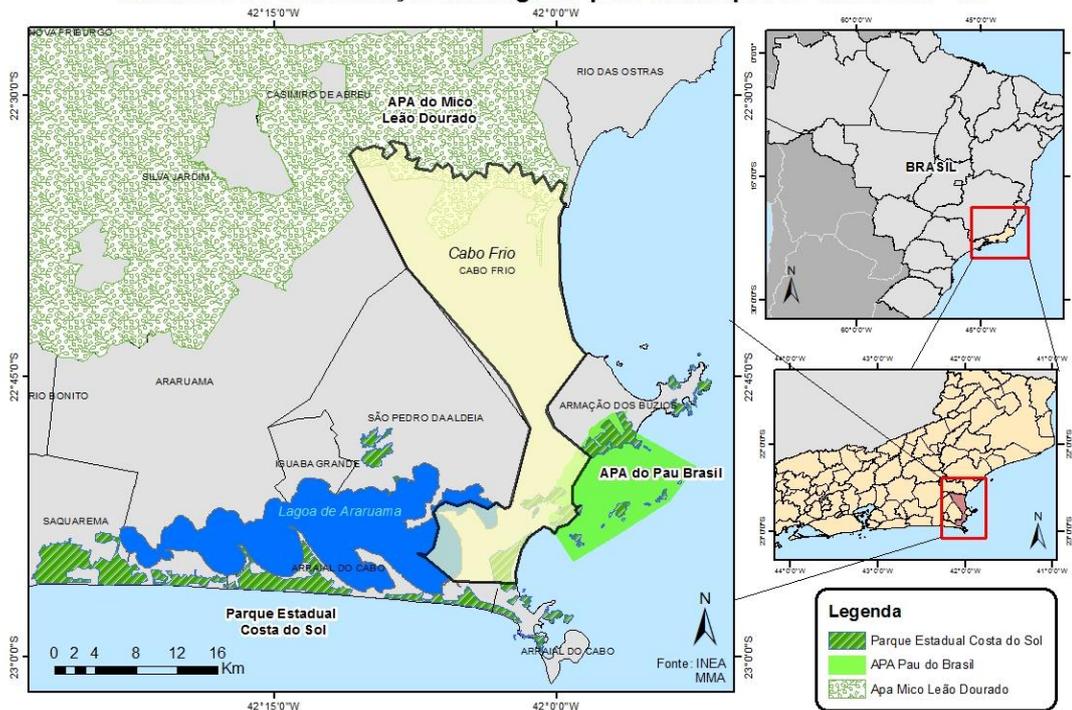


Imagem 1 – Localização do Município de Cabo e Unidades de Conservação Abrangidas

Pelo município receber inúmeros turistas anualmente e possuir grandes áreas de preservação ambientais próximas às áreas urbanizadas e de grande demanda turística, se faz necessário construir políticas públicas com diretrizes ambientais para a prática do turismo. Necessitando estarem presentes em documentos como o Plano Diretor Municipal, os Planos de Manejo das unidades de conservação e em programas e projetos de educação ambiental, promovendo assim, a devida preservação e fiscalização das áreas protegidas em esferas federais, estaduais e municipais, dando notoriedade assim a sua importância socioambiental.

Entretanto, essas políticas públicas não se encontram disponíveis no município, estando em muitas vezes, apenas no papel ou ainda em processo de construção. A partir dessa perspectiva, o município não possui um caráter de conservação ambiental sólido, sendo as práticas do ecoturismo sufocadas pela procura das praias e eventos culturais, desvalorizando assim projetos de educação ambiental e marketing turístico voltado para áreas de preservação ambiental.

3. ÁREAS PROTEGIDAS DO MUNICÍPIO – SNUC E PNAP

As áreas protegidas são criadas, regulamentadas e definidas a partir do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), instituído por lei federal.

Essa sistematização prevê duas grandes caracterizações das unidades de conservação (UC's), as classificadas por UC de uso sustentável, no qual são permitidas apropriações manejas de recursos naturais para atividades econômicas. E as classificadas como UC de proteção integral, em que o uso de seus recursos é restrito à pesquisa, lazer e turismo.

Além disso, as UCs têm por obrigatoriedade e formulação de um plano de manejo. Neste plano devem ser identificados os assuntos mais importantes relacionados à administração da área, definidas as políticas para alcançar objetivos da unidade de conservação, fixadas as prioridades e detalhadas as estratégias para implementação das ações de manejo (SCHENIN et al, 2004).

Logo, este documento deve ser acompanhado de programas e projetos que auxiliem na aplicação de tais diretrizes, podendo estas, serem políticas públicas de educação ambiental, turismo, integração da população local, aspectos socioeconômicos e ambientais.

Em Cabo Frio existem três UCs reconhecidas pela SNUC, duas sendo de uso sustentável e uma de proteção integral. As informações obtidas sobre elas se encontram sistematizadas na tabela 1:

Nome	APA Pau-Brasil	APA da Bacia do Rio São João - Mico Leão	Parque Estadual Costa do Sol
Grupo	Uso Sustentável	Uso Sustentável	Proteção Integral
Jurisdição	Estadual	Estadual	Estadual
Municípios	Armação dos Búzios, Cabo Frio	Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Macaé, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio das Ostras, Silva Jardim	Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios
Ano de Criação	2002	2002	2011
Órgão Gestor	INEA	ICMBio	INEA
Plano de Manejo	Aprovado por Decreto nº 32517, de 23/12/2002	Aprovado por Portaria nº 66, de 10/09/2008	Em elaboração
Área (km²)	105,638167	1503,7345	98,411832

Tabela 1 – Informações sobre as Unidades de Conservação do Município

O Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) dá ênfase principalmente ao SNUC, as terras indígenas e as propriedades quilombolas. Entretanto, as áreas de proteção permanente (APP), segundo o PNAP, possuem função estratégica de conectividade entre os fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas. Sendo assim, segundo o INEA, que é o órgão estadual de meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, as APPs são definidas como:

“manguezais, lagos, lagoas e lagunas e as áreas estuarinas; as praias, vegetação de restingas quando fixadoras de dunas, as dunas, costões rochosos e as cavidades naturais subterrâneas-cavernas; as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais; as áreas que abriguem exemplares ameaçados de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos, na fauna e flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso, alimentação ou reprodução; as áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural; aquelas assim declaradas por lei; e a Baía de Guanabara.” (Constituição Estadual - artigo 268)

As classificações destacadas se tratam de áreas existentes em Cabo Frio. Ou seja, além das UCs definidas pela SNUC, o município abriga diferentes APPs, que são alvos de constantes disputas econômicas e políticas atualmente. Pois, como se pode observar, trata-se de áreas de grande relevância econômica, principalmente por se tratar de um território costeiro rico em práticas turísticas.

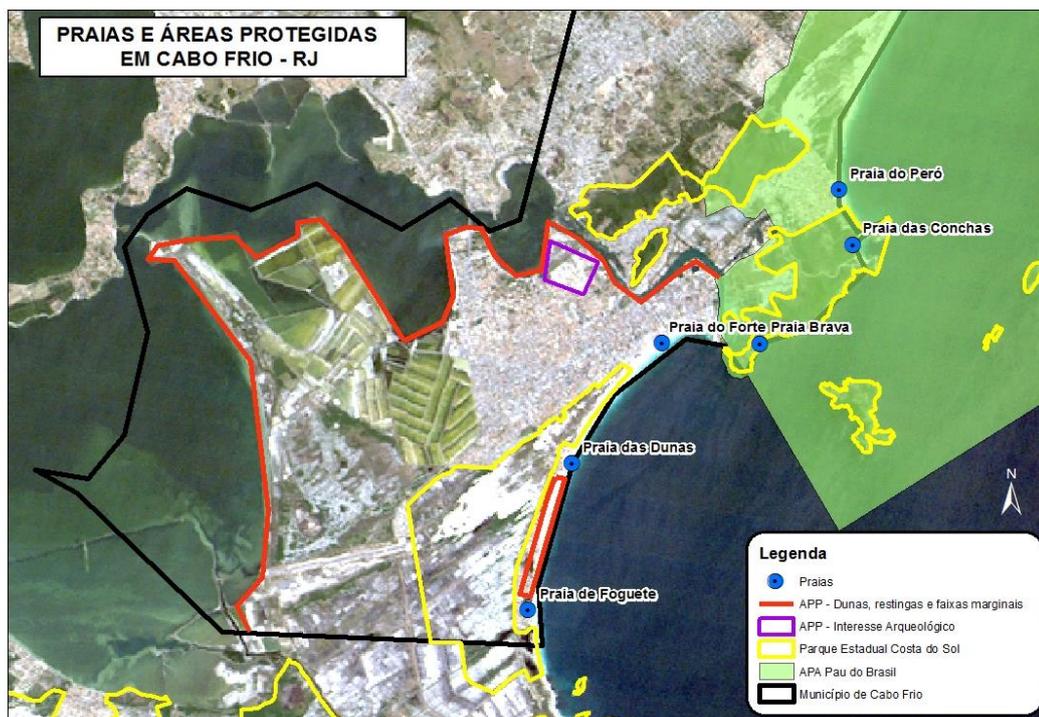


Imagem2 – Localização das praias de Cabo Frio em proximidade com as unidades de conservação.

Na imagem 2 é possível visualizar as áreas protegidas do município, em concomitância com as praias distribuídas no território da cidade, que são os principais locais visitados por turistas. Dessa forma é possível analisar que algumas praias se localizam dentro das dependências das áreas protegidas, o que torna o turismo no local um processo ainda mais preocupante, devido a pouca fiscalização encontrada nessas localidades.

Na tabela 2 abaixo, se encontra a sistematização das praias de Cabo Frio, no qual aparecem distribuídas dentro do território de áreas protegidas. Sendo duas praias localizadas dentro de UC de proteção integral, o que torna a prática do turismo nesses locais ainda mais restritas. Sendo necessário haver políticas públicas capazes de dar subsídios a essas práticas, o que em muitas vezes ocorre de forma ineficiente.

ÁREAS PROTEGIDAS QUE ABRANGEM PRAIAS		
APA Pau Brasil	Parque Estadual Costa do Sol	Área de Proteção Permanente (APP)
Praia Brava	Praia Brava	Praia das Dunas
Praia das Conchas	Praia das Conchas	Praia do Foguete
Praia do Perú		

Tabela 2 – Relação de praias abrangidas por áreas protegidas – Cabo Frio

Em decorrência do turismo acentuado nessas áreas se faz necessário políticas públicas de qualidade, que dêem prioridade também à educação ambiental, sendo importante a conscientização e o uso de placas que exponha a importância social e ambiental daquele espaço. Em grande parte do município não há projetos preocupados com esse panorama, nem é informado ao turista que tal local é uma área protegida, nem há indicações das precauções e medidas que deveriam ser tomadas para a devida conservação.

4. AÇÕES NEGLIGENTES E A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO

A partir de todas as análises realizadas em termos de áreas protegidas no município de Cabo Frio é possível elucidar alguns aspectos de negligências dos órgãos públicos, frente às áreas protegidas e problemáticas sócio-ambientais encontradas nas mídias, principais meios de pesquisa e presenciadas por moradores e turistas.

Por possuir unidades de conservação criadas pela SNUC em seu território, deve-se haver maior preocupação e fiscalização nessas extensões, mesmo estas áreas terem como órgão gestor o INEA (Instituto de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro), a prefeitura municipal deve zelar pelo saneamento e fiscalização em seu entorno, como a devida coleta de lixo, tratamento e escoamento do esgoto, bem como ser responsável pela criação de políticas e projetos que auxiliem nessa atividade. Como pode ser visto na Imagem 3, não há zelo e respeito por parte da prefeitura, turistas e moradores locais, restando ao terceiro setor, cumprir o papel do Estado.



Imagem 3 – ONG “catando o lixo” do Parque Estadual Costa do Sol, em Cabo Frio – RJ.

Nos últimos anos o principal assunto sobre interesses econômicos e políticos no município foi o caso da construção do Shopping Park Lagos, localizada no bairro do Novo Portinho, às margens do canal do Rio Itajuru. Tal empreendimento foi construído sobre uma área de proteção permanente (APP), protegida devido a abrigar sambaquis, registrados pelo IPHAN como sítios arqueológicos de interesses culturais e históricos, além de se situar às margens de um corpo hídrico (a Lagoa de Araruama), que é protegida pela legislação das áreas de proteção permanente.

Além da perda arqueológica, tal shopping poderá ocasionar perdas ambientais, no que diz respeito a saneamento básico, visto que o shopping se localiza as margens da lagoa de Araruama, na parte denominada canal de Itajuru.

Não sabendo a procedência dos descartes de dejetos e resíduos desse empreendimento, sendo possível que este polua ainda mais a lagoa de Araruama, causando problemas ao forte turismo natural da região.

Esse processo foi pouco veiculado nas mídias e a obra não foi impedida, sendo hoje o shopping motivo de grande circulação econômica do município, pois se tornou o principal centro comercial consumista da região dos lagos atualmente. A única medida tomada pela prefeitura para amenizar a situação foi retirar os indícios arqueológicos e depositar em museus.

Outros aspectos de ações negligentes é a falta de interesse público nas áreas protegidas, principalmente nas APP municipais, como é o caso da APP do shopping já abordado, e da APP Dormitório das garças, no qual se encontra má preservada e gerida, sem as devidas políticas públicas que priorizem a sobrevivência das espécies que necessitam desse local para alimento e reprodução.

Além disso, há constantes brigas judiciais a respeito dos licenciamentos ambientais, visto que as áreas de interesse econômico e turístico se encontram em muitos momentos dentro das áreas protegidas, como as dunas e restingas, que são consideradas APPs pelo INEA, e devem ser preservadas integralmente, sem empreendimentos que prejudiquem a dinâmica da praia.

Atualmente, os órgãos públicos do município criaram projetos de recuperação de restinga, que ao longo dos anos foram dizimadas, devido às construções de quiosques na orla da praia. Sendo assim, tal ação negligente tornou-se prejudicial nos últimos anos, visto que as ressacas do mar devastaram a linha de costa da praia do forte, necessitando assim de uma barreira protetora, no caso as restingas, que foram destruídas. Tal projeto tem como objetivo plantar e proteger as espécies típicas de restinga ao longo do litoral da principal praia.

Entretanto, é notória a falta de fiscalização nessas áreas, principalmente em épocas de grande demanda turística, no qual há grande fluxo de carros e lixo, proporcionando degradações a estes ecossistemas tão necessários à dinâmica costeira e na mesma proporção tão frágeis e expostos à deteriorização (Imagem 5).



Imagem 5- Carros encontrados na restinga da praia das conchas – Cabo Frio - RJ

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se lutar por políticas públicas de qualidade nessas áreas se deve ao fato de conquistar maior efetivação da fiscalização nesses espaços, que são delimitadas e instauradas com objetivos específicos, sejam eles ambientais, culturais, sociais ou paisagístico. Dessa forma, deve-se fazer cumprir as leis, regimentos e políticas públicas ambientais, principalmente em áreas protegidas.

É inegável que os aspectos econômicos e a prioridade dada ao turismo se sobrepõe a qualquer tipo de conservacionismo no município. Fator este que se torna contraditoriamente preocupante também nas práticas turísticas, pois, este é atraído pelas belezas cênicas e paisagísticas. Logo, negligenciar fiscalizações nas áreas protegidas e em ambientes naturais favorece à perda da alta demanda turística da cidade.

Portanto, a cidade de Cabo Frio vivência a urgência de políticas públicas ambientais de qualidade, nas quais possa ser levado em consideração não só as áreas protegidas, mas sim todos os ambientes naturais que abriguem ecossistemas fundamentais à vida costeira e preservem a promoção da prática turística, desenvolvendo a atividade de forma consciente e preservacionista.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília, 2005

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Brasília, 2006. <
http://www.mma.gov.br/estruturas/205/arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf>

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Brasília, 2000.
http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf

CHRISTOVÃO, João H. O. ; A gênese do turismo em Cabo Frio ou, de como o sol se sobrepôs ao sal. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh: 50 anos, 2011.

SCHENINI, P. C. ; COSTA, Alexandre Marino ; CASARIN, Vanessa Wendt . Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: 6 Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário; 4 Encontro de Cadastro Técnico Multifinalitário para Países do MERCOSUL; 1 Encontro de Cadastro Técnico Multifinalitário para Países da América Latina, 2004, Florianópolis. Anais do COBRAC 2004, 2004.

SIMÕES, Carlos. Curso De Direito do Serviço Social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.